

**Sercomtel S.A. Telecomunicações**

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2023 e relatório  
do auditor independente**

## SUMÁRIO

*Página*

<i>Relatório do Auditor Independente .....</i>	<i>03</i>
<i>Balanço Patrimonial - Ativo .....</i>	<i>08</i>
<i>Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido.....</i>	<i>09</i>
<i>Demonstração do Resultado do Período.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>11</i>
<i>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</i>	<i>12</i>
<i>Demonstração dos Valores Adicionados.....</i>	<i>13</i>
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....</i>	<i>14</i>

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da  
Sercomtel S.A. Telecomunicações  
Londrina - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Sercomtel S.A. Telecomunicações**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### a) Ações pleiteando direito acionário

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a Companhia possui ações judiciais pleiteando direito acionário, para as quais a Companhia tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, além da entrega dos certificados das ações preferenciais devidas aos proprietários que atendem aos requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012 e que ingressaram com processos individuais, inclusive, em decorrência do trânsito em julgado da Ação Civil Pública nº 008765-63.2001.8-16.0014. Para fazer frente às execuções individuais decorrentes da sentença coletiva, a Companhia, com base em análise efetuada por seu departamento jurídico, mantém provisionado aproximadamente R\$ 660 mil. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

#### b) Operações com empresas ligadas:

No decorrer do exercício de 2022 e 2023 a Companhia realizou diversas operações de aportes e captação de recursos com empresas ligadas, conforme descrito a seguir:

##### *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC*

Conforme Nota explicativa nº 14, em 30 de junho de 2022, a Sercomtel na posição de "investidora", aportou o valor de R\$ 99 milhões no Bordeaux Participações S/A (investida), a título de "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC". Referido AFAC deverá ser convertido em aumento de capital social na "investida", mediante emissão de ações a serem subscritas pela "investidora", no prazo de 26 meses, a contar da data aporte. O Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia é o controlador de ambas as Companhias.

##### *Empréstimos a outras empresas*

Conforme Nota explicativa nº 12, em 23 de junho de 2022, através do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário nº CSBRA20220600323, onde a empresa Lormont Participações S.A. figurou como Interveniente Anuente e o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., como Credor Fiduciário, a Sercomtel S.A – Telecomunicações assumiu a qualidade de Cedente Fiduciante,

garantindo todas as obrigações, principais e acessórias da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20220600319, no valor principal de R\$ 81.533 mil, emitida pelo Interviente Anuente em favor do Credor Fiduciário na mesma data. A Sercomtel realizou a quitação integral da referida Cédula de Crédito Bancário, em 1º de novembro de 2022, cujo valor atualizado representou o montante de R\$ 85.804 mil. O Interviente Anuente e o Cedente Fiduciário pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo a Lormont cotista do Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Fundo Bordeaux”), controlador da Sercomtel. A quitação da dívida deverá ser realizada pela Lormont à Sercomtel, em até 21 de junho de 2024.

#### *Aquisição de Notas Comerciais*

Conforme Nota explicativa nº 13, em 08 de novembro de 2022, foi celebrado o “Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Lormont Participações S.A. (Emissora). O valor total da emissão foi de R\$ 2.200 mil, com a emissão de 2.200 (duas mil e duzentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024. No dia 10 de novembro de 2022, foi celebrado o “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Lormont Participações S.A. (Emissora). O valor total da Emissão foi de R\$ 3.800 mil, com a emissão de 3.800 (três mil e oitocentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024. Em 04 de janeiro de 2023, foi celebrado “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em série única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Milos Participações Ltda. (Emissora), sendo emitida 01 (uma) nota comercial, no valor total de R\$ 20.000 mil, com vencimento em 04 de janeiro de 2025. No dia 01 de dezembro de 2023, foi celebrado o “Termo de Emissão da 3ª (Terceira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Privada, da Milos Participações Ltda. (Emissora). O valor total da Emissão foi de R\$ 14.000 mil, com a emissão de 01 (uma) nota comercial, com vencimento em 01 de dezembro de 2024. Sobre o valor nominal das Notas Comerciais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”.

#### *Contratação de Empréstimos e Financiamentos*

Conforme apresentado na Nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha saldo de R\$ 174.339 mil na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, decorrentes de operações contratadas junto ao Banco Master. Daquele montante, o valor original de R\$ 74.524 mil foi contratado em 30 de junho de 2022, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB) nº 847/2022, a uma taxa de juros de CDI + 1% ao mês, a ser quitado integralmente em 01 (uma) prestação com vencimento em 30 de junho de 2023. Entretanto, em 29 de junho de 2023, foi celebrado entre o Banco Master e o Reag Special Situation Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Abertos (“Fundo”), Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), por meio do qual o Banco Master cedeu ao Fundo os direitos creditórios decorrentes da CCB nº 847/2022, cujo valor na data de emissão do referido Instrumento era de R\$ 95.426 mil. Ainda em 30 de junho de 2022, foi disponibilizado pelo Banco Master à Sercomtel, limite de crédito no montante de R\$ 29.000 mil, a taxa de juros de CDI + 1% ao mês. Durante o segundo semestre de 2022, foram celebradas outras duas operações (CCBs) junto ao Banco Master (nº 864/2022 e nº 1078/2022), nos valores originais de R\$ 3.159 mil e R\$ 4.076 mil, respectivamente, com os mesmos parâmetros de juros da CCB nº 847/2022, a serem quitadas integralmente em 01 (uma) prestação, com vencimentos em 14 de julho de 2023 e 10 de novembro de 2023, respectivamente. No entanto, ambas foram renovadas com vencimentos para 15 de julho de 2024 e 11 de novembro de 2024, respectivamente. Por fim, em 01 de dezembro de 2023, foi celebrada a Cédula de Crédito Bancária (CCB) nº 1143/2023, junto ao Banco Master, no montante de R\$ 14.000 mil, a uma taxa de juros de 8% ao ano, a ser quitada integralmente em 01 (uma) prestação com vencimento em 02 de dezembro de 2024.

#### *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC (Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Fundo Bordeaux”))*

Conforme Nota explicativa nº 28, em 04 de janeiro de 2023, o Bordeaux Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Fundo Bordeaux”), controlador da Companhia aportou o valor de R\$ 20 milhões na Sercomtel (investida), a título de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC”. Referido AFAC deveria ser convertido em aumento de capital social, mediante emissão de ações a serem subscritas, no prazo de 12 meses, a contar da data aporte, no entanto, até a data de emissão deste relatório, o AFAC não havia sido convertido em aumento do capital social.

Nossa opinião não está modificada em relação aos assuntos descritos acima.

## **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Consideramos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### *a) Provisão para contingências (Nota explicativa nº 25)*

O saldo das provisões para contingências está composto por ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, requerendo, principalmente, reenquadramento salarial, reintegração ao emprego e verbas trabalhistas e por ações cíveis, em sua maioria, por ações ou processos administrativos que envolvem a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, provenientes de multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela Companhia e que foram aferidas através de Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADOS. Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis, além de processos na área de direito do consumidor, questionando-se especialmente eventuais inscrições no Serasa devido à ausência comprobatória da contratação dos serviços.

Consideramos como Principal Assunto de Auditoria devido ao saldo significativo das provisões para contingências e seu reflexo relevante nas demonstrações contábeis.

Em nossa auditoria, nossos procedimentos envolveram, entre outros, o entendimento das premissas utilizadas, em comparação ao ano anterior e revisão dos relatórios dos assessores jurídicos em relação a probabilidade e estimativa de perda (respostas de circularização).

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria realizados, consideramos os valores das provisões para contingências apresentados nas Demonstrações Contábeis adequados.

### *b) Programa de demissão voluntária (PDV) 2023 (Nota explicativa nº 20)*

Em dezembro de 2023 a Companhia lançou o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para todos os empregados com vínculo celetista, independentemente do cargo, estabilidade, função, forma de contratação, situação do contrato de trabalho e/ou local da prestação do serviço, com pelo menos 12 meses de contrato de trabalho e que não tenham aderido a outros PDVs nos últimos 5 anos.

O período de adesão ocorreu de 19/12/2023 a 26/12/2023, contando com a participação de 52 (cinquenta e dois) colaboradores, totalizando um montante de R\$ 11.102 mil. Este valor será pago em 12 parcelas.

Para validação dos dados produzidos pelo referido programa, aplicamos procedimentos de auditoria que incluíram, dentre outros: Avaliação do regulamento do Programa de Demissão Voluntária, conferência do cálculo dos valores de PDV devidos a cada beneficiário e conciliação do saldo contábil com os registros auxiliares.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria adotados, consideramos adequados os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis a este título.

## **Outros assuntos**

### *Continuidade operacional*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional, a Companhia vem enfrentando dificuldades de caráter econômico-financeiro a longa data, tanto que culminou com sua privatização em dezembro de 2020 mediante capitalização efetuada pelo Fundo Bordeaux, levando, inclusive, à mudança da natureza jurídica para o regime privado. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 indicam que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 67.872 mil e, nessa data, a rubrica “Prejuízos Acumulados” apresenta o total de R\$ 402.371, resultando em um Patrimônio Líquido de R\$ 12.276 mil. Essas condições, juntamente com os sucessivos prejuízos que vem apresentado nos últimos exercícios, pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

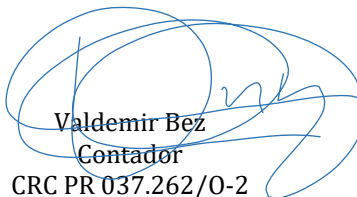
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 15 de março de 2024

BEZ Auditores Independentes Ltda.  
CRC PR 5.010/O-2

  
Valdemir Bez  
Contador  
CRC PR 037.262/O-2

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Balço Patrimonial - Ativo

(Em Milhares de Reais)

	Nota	dez/23	dez/22
<b>CIRCULANTE</b>		<b>83.698</b>	<b>83.841</b>
Caixa e equivalente de caixa	4	43.688	44.695
Contas a receber	5	16.267	18.218
Estoques	6	3.283	5.981
Impostos a recuperar	7	6.457	3.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	1.132	1.132
Créditos a compensar	9	5.591	5.283
Valores a rec. Venda terrenos	10	-	583
Despesas do período seguinte		5.820	3.713
Outros créditos		1.460	387
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>434.236</b>	<b>399.782</b>
Realizável a longo prazo		164.983	128.342
Impostos a recuperar	7	1.402	1.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	23.775	23.775
Depósitos judiciais	11	11.086	11.065
Empréstimos a outras empresas	12	85.804	85.804
Nota comercial	13	42.916	6.068
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	99.000	99.000
Imobilizado	15	169.322	171.620
Intangível	16	931	820
		<b>517.934</b>	<b>483.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sercomtel S.A. Telecomunicações

Balanco Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

(Em Milhares de Reais)

	Nota	dez/23	dez/22
<b>CIRCULANTE</b>		<b>258.977</b>	<b>187.053</b>
Fornecedores	17	33.600	25.941
Taxas, contribuições e impostos	18	2.341	2.656
Impostos	19	18.330	16.746
Pessoal, encargos e benefícios	20	19.110	7.575
Empréstimos e financiamentos	21	174.339	122.638
Consignação em favor de terceiros	22	6.975	5.919
Parcelamentos Anatel	26	1.455	2.956
Parcelamentos Supre	27	1.375	1.294
Outros valores a pagar		1.452	1.328
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>246.681</b>	<b>237.208</b>
Fornecedores	17	3.921	13.340
Impostos	19	130.432	108.765
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação	23	1.435	1.549
Benefícios pós emprego	24	24.508	24.425
Provisão para contingências	25	68.914	67.281
Parcelamentos Anatel	26	7.396	8.238
Parcelamentos Supre	27	1.814	2.968
Contrato concessão/autorização		2.003	3.212
Outras obrigações		6.258	7.430
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.276</b>	<b>59.362</b>
Capital social	28	392.415	392.415
Adiant. p/ Futuro Aumento Capital		20.000	-
Reserva de reavaliação		2.232	2.454
Ajuste passivos atuariais		-	(844)
Prejuízo acumulado		(402.371)	(334.663)
		<b>517.934</b>	<b>483.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	Nota	dez/23	dez/22
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>166.443</b>	<b>174.993</b>
Serviços de telecomunicações e vendas de mercadorias		166.443	174.993
<b>DEDUÇÕES E IMPOSTOS SOBRE RECEITAS</b>		<b>(30.947)</b>	<b>(46.128)</b>
Icms		(24.007)	(38.627)
Pis/Pasep		(1.211)	(1.270)
Cofins		(5.729)	(6.231)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>135.496</b>	<b>128.865</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS</b>		<b>(79.735)</b>	<b>(73.138)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>55.761</b>	<b>55.727</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(75.241)</b>	<b>(105.192)</b>
Despesas comerciais		(20.025)	(24.320)
Despesas gerais e administrativas		(39.987)	(48.238)
Outras despesas/receitas operacionais	29	(15.229)	(32.634)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(19.480)</b>	<b>(49.465)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(48.476)</b>	<b>641</b>
Despesas financeiras	30	(61.962)	(35.763)
Receitas financeiras	30	13.486	36.404
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto renda e contribuição social</b>		<b>(67.956)</b>	<b>(48.824)</b>
<b>Deduções do resultado</b>		<b>84</b>	<b>87</b>
Provisão para imposto de renda		62	64
Provisão para contribuição social		22	23
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>		<b>(67.872)</b>	<b>(48.737)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>Afac</b>	<b>Ajuste Passivos Atuariais</b>	<b>Capital Social a Integralizar</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>392.415</b>	<b>2.656</b>	-	<b>(4.207)</b>	<b>(80.000)</b>	<b>(286.096)</b>	<b>24.768</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	(48.737)	(48.737)
Integralização de Capital	-	-	-	-	80.000	-	80.000
Baixa de bens reavaliados	-	(32)	-	-	-	-	(32)
Realização da reserva de reavaliação	-	(170)	-	-	-	170	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	-	3.363	-	-	3.363
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>392.415</b>	<b>2.454</b>	-	<b>(844)</b>	-	<b>(334.663)</b>	<b>59.362</b>
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	(67.872)	(67.872)
Adiantamento p/futuro aumento de capital	-	-	20.000	-	-	-	20.000
Baixa de bens reavaliados	-	(58)	-	-	-	-	(58)
Realização da reserva de reavaliação	-	(164)	-	-	-	164	-
Ajustes passivos atuariais	-	-	-	844	-	-	844
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>392.415</b>	<b>2.232</b>	<b>20.000</b>	-	-	<b>(402.371)</b>	<b>12.276</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Sercomtel S.A. Telecomunicações

## Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro

(Em Milhares de Reais)

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	(67.872)	(48.737)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação	18.050	17.142
Valor residual ao ativo permanente baixado	173	3.593
Provisão para baixa de imobilizado	(106)	(214)
Ajustes passivos atuariais	844	3.364
Provisão para contingências	1.632	9.691
Contrato de concessão	(1.209)	1.049
	<b>(48.488)</b>	<b>(14.112)</b>
<b>Variações no ativo circulante</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	1.951	1.772
(Aumento) Redução em estoques	2.698	206
(Aumento) Redução em Valores Rec- Venda Terrenos	583	7.666
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(2.608)	(1.090)
(Aumento) Redução em outros créditos	(1.075)	(13)
(Aumento) Redução em despesas período seguinte	(2.106)	802
(Aumento) Redução em créditos a compensar	(308)	333
	<b>(865)</b>	<b>9.676</b>
<b>Variações no passivo circulante</b>		
Aumento (Redução) em pessoal, encargos e benefícios sociais	11.535	(5.085)
Aumento (Redução) em fornecedores	7.658	(12.430)
Aumento (Redução) em impostos, taxas e contribuições	(232)	(20.963)
Aumento (Redução) em empréstimos e financiamentos	51.701	116.637
Aumento (Redução) em outras obrigações	207	1
Aumento (Redução) em consignação em favor de terceiros	1.055	373
	<b>71.924</b>	<b>78.533</b>
<b>Variações no realizável a longo prazo</b>		
Redução (Aumento) em nota comercial	(36.848)	(6.068)
(Aumento) Redução em depósitos judiciais	(21)	458
(Aumento) Redução em créditos a compensar	-	4.862
(Aumento) Redução em outros créditos	228	33
(Aumento) Redução em Valores Rec- Venda Terrenos	-	688
	<b>(36.641)</b>	<b>(27)</b>
<b>Variações no exigível a longo prazo</b>		
Aumento (Redução) em fornecedores	(9.418)	11.933
Aumento (Redução) em exigível a longo prazo	83	2.184
Aumento (Redução) em parcelamento de tributos	21.667	22.765
Aumento (Redução) em parcelamento Anatel	(842)	(2.114)
Aumento (Redução) em transferência do longo prazo para o curto prazo	-	7.170
Aumento (Redução) em outras obrigações	(2.326)	2.502
	<b>9.164</b>	<b>44.440</b>
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>(4.906)</b>	<b>118.510</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicações no imobilizado	(16.101)	(16.966)
<b>Total das atividades de investimentos</b>	<b>(16.101)</b>	<b>(16.966)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000	(99.000)
Empréstimos a outras empresas	-	(85.804)
Integralização de capital	-	80.000
<b>Total das atividades de financiamentos</b>	<b>20.000</b>	<b>(104.804)</b>
<b>Aumento/Diminuição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(1.007)</b>	<b>(3.260)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44.695	47.955
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	43.688	44.695
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.007)</b>	<b>(3.260)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel S.A. Telecomunicações

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro  
(Em Milhares de Reais)

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
<b>RECEITAS</b>		
Venda de serviços de telecomunicações	166.443	174.993
Constituição/Reversão da Prov. p/créditos de Liq. Duvidosa	(766)	731
Outras receitas	7.741	13.057
	<b>173.418</b>	<b>188.781</b>
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Insumos consumidos	(52)	(88)
Outros insumos adquiridos	(26.679)	(39.610)
Material e serviços de terceiros	(59.491)	(68.566)
	<b>(86.222)</b>	<b>(108.264)</b>
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>87.196</b>	<b>80.517</b>
<b>(-) QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO</b>		
Depreciação e amortização	(18.050)	(17.142)
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>69.146</b>	<b>63.375</b>
<b>(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO</b>		
Receitas financeiras	13.486	36.404
	<b>13.486</b>	<b>36.404</b>
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>82.632</b>	<b>99.779</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>	<b>82.632</b>	<b>99.779</b>
<b>PESSOAL</b>		
Remunerações	14.266	14.691
Encargos sociais (exceto INSS)	5.696	7.234
Entidade de previdência privada	842	821
Auxílio alimentação	2.369	2.153
Convênio assistencial e outros benefícios	1.842	1.473
Custos imobilizados	(106)	(81)
	<b>24.909</b>	<b>26.291</b>
<b>GOVERNO</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	4.825	4.830
ICMS	24.007	38.627
Imposto de renda e contribuição social	(84)	(87)
Outros	16.036	27.071
	<b>44.784</b>	<b>70.441</b>
<b>FINANCIADORES</b>		
Juros e variações cambiais	61.962	35.763
Aluguéis	18.849	16.021
	<b>80.811</b>	<b>51.784</b>
<b>ACIONISTAS</b>		
Resultados retidos	(67.872)	(48.737)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### a) Da Companhia

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, é uma empresa fundada em 1964 pelo Município de Londrina, constituída originalmente sob regime de Sociedade Anônima de Economia Mista, cujo segmento de negócio é Telecomunicações. As atividades principais são a prestação e exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”), do Serviço de Telefonia Móvel Celular (“SCM”) e Serviços de Banda Larga.

A Companhia atende 15 municípios com rede própria com os serviços de Banda Larga e Voz, e tem a possibilidade de atendimento de 183 municípios com serviços de voz da Sercomtel em parceria com os serviços de dados da Ligga Telecom, totalizando 198 municípios com possibilidade de atendimento no Estado do Paraná. Na telefonia celular opera nas cidades de Londrina e Tamarana.

As dificuldades de cunho econômico-financeiro enfrentadas, há mais de uma década, não deixaram outra alternativa que não a privatização da Companhia. Em dezembro de 2020 houve a capitalização pelo Fundo Bordeaux que culminou na alteração da natureza jurídica para o regime privado.

### b) Da Concessão

Em 1998 a Companhia celebrou com a ANATEL, contrato de concessão do serviço telefônico fixo comutado local e de longa distância, outorgada a título gratuito. Em 22 de dezembro de 2005 este contrato foi prorrogado, ficando estabelecido seu término em 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê revisões em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020 visando estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade.

De acordo com a legislação regulatória em vigor, integram o acervo da concessão, sendo a ela vinculados, os bens pertencentes ao patrimônio da Concessionária e que sejam indispensáveis à prestação do serviço concedido, especialmente aqueles qualificados no contrato de concessão, como abaixo:

- Infra-estrutura e equipamentos de comutação e transmissão incluindo terminais de uso público;
- Infra-estrutura e equipamentos de rede externa;
- Infra-estrutura e equipamentos de energia e ar condicionado;
- Infra-estrutura e equipamentos de centros de atendimento e de prestação de serviço;
- Infra-estrutura e equipamentos de sistemas de suporte a operação;
- Outros indispensáveis à prestação do serviço.

No caso de risco à continuidade dos serviços ou no eventual impedimento da reversão dos bens vinculados à concessão, a ANATEL poderá negar autorização para utilização de bens por terceiros ou exigir que o respectivo Contrato contenha cláusula pela qual o proprietário se obriga, em caso de extinção da concessão, a manter os Contratos e em sub-rogar a ANATEL nos mesmos direitos dele decorrentes.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de forma individual com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições da lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76), com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), nos padrões da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia, voluntariamente, com o intuito de fornecer maior transparência de suas operações, inclui na divulgação de suas demonstrações contábeis a demonstração do valor adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governos e outros, e a parcela da riqueza não distribuída.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

### a) *Apresentação das demonstrações contábeis*

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### b) *Benefícios aos empregados*

Baseado nas especificações do pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, no exercício de 2013, momento de transição de normas que regulam a matéria, foram reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Sercomtel patrocina para seus colaboradores um plano de Previdência Complementar, administrado pela Supre – Fundação de Suplementação de Aposentadoria, estruturado na modalidade de benefícios definidos.

O Plano Misto de Benefícios previdenciários é custeado por contribuições dos Participantes Ativos, Participantes Auto-patrocinaados, Participantes Vinculados, Participantes Assistidos e Patrocinadoras, considerando os seguintes benefícios:

- Renda mensal de aposentadoria;
- Renda mensal de aposentadoria por invalidez;
- Renda mensal de pensão por morte;
- Renda mensal de auxílio-doença;
- Pecúlio por morte.

### c) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

*d) Contas a receber de clientes*

São valoradas pelas tarifas na data da prestação dos serviços incluindo, também, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na análise dos créditos a receber, face aos riscos envolvidos, cujo montante é considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

*e) Estoques*

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

*f) Investimentos*

Conforme pronunciamento técnico CPC 18, os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas em investimentos, quando necessária.

*g) Imobilizado*

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação registrada em 2006. A depreciação é calculada em função da vida útil estimada dos bens, revisada de acordo com os laudos técnicos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

*h) Intangível*

Está demonstrado pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

*i) Demais ativos circulantes e não circulantes*

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

*j) Tributos (Impostos e Contribuições)*

As receitas de vendas e serviços, em sua maioria, estão sujeitas a tributação pelo ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Parte das suas receitas estão sujeitas ao ISS – Imposto sobre Serviços e são calculadas às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo PIS/PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, onde há a incidência nos dois regimes de tributação, ou seja, cumulativo e não-cumulativo. Também, parte de suas receitas são tributadas pelo FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações).

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro das Demonstrações Financeiras e o lucro para fins fiscais, com base nas alíquotas vigentes e na extensão de sua provável realização.



*k) Estimativas Contábeis*

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

*l) Demais passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

*m) Informação por Segmento*

A Sercomtel S.A. – Telecomunicações opera o STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, o SCM – Serviço de Comunicação Multimídia e o SMP – Serviço Móvel Pessoal, compreendendo a prestação dos serviços de telefonia fixa local, longa distância nacional e internacional, transmissão de dados por linha dedicada, banda larga, serviço móvel celular e outros, segmentado geograficamente no Paraná tendo como matriz a cidade de Londrina.

A Sercomtel tem possibilidade de atendimento em 198 cidades paranaenses. São 15 cidades atendidas com infraestrutura própria e, em parceria com a Ligga Telecom, tem a possibilidade de atendimento em outras 183 cidades. Na telefonia celular opera em 02 cidades.

Atualmente as cidades atendidas por meio de rede própria com o serviço STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) são: Apucarana, Araçongas, Astorga, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Mandaguari, Rolândia, Sabáudia, Santo Antônio da Platina, Sarandi e Tamarana.

Por meio de parceria com a Ligga Telecom, tem possibilidade de atendimento de Serviço Telefônico Fixo Comutado (voz) da Sercomtel e Serviço de Comunicação Multimídia (banda larga) da Ligga Telecom, no Estado do Paraná.

As cidades atendidas com o SMP – Serviço Móvel Pessoal são: Londrina e Tamarana.

#### 4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nos períodos evidenciados, o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa está apresentado da seguinte forma:

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
Caixa	24	27
Banco conta movimento	267	195
Aplicações financeiras	43.397	44.473
	<b>43.688</b>	<b>44.695</b>

As aplicações financeiras são compostas por 83,18% em fundos de investimentos (173,07% do CDI de dez/23) e 16,82% em CDB (100,00% do CDI de dez/23).

O saldo das aplicações financeiras está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Caixa Econômica Federal - Bens reversíveis	121	397
Banco Santander	-	6.103
Banco Master	43.276	37.973
	<u><b>43.397</b></u>	<u><b>44.473</b></u>

## 5. CONTAS A RECEBER

Nos períodos evidenciados, o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Contas a receber de particulares	17.010	19.827
Contas a receber de autarquias	1.386	668
Detraf - Declaração de tráfego e prestação de serviços	4.666	4.607
Contas a faturar	123	236
Outros	586	1.150
	<u>23.771</u>	<u>26.488</u>
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa	<u>(7.504)</u>	<u>(8.270)</u>
	<u><b>16.267</b></u>	<u><b>18.218</b></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada trimestralmente, levando-se em consideração o percentual acumulado das perdas efetivas ocorridas nos últimos 11 meses, visto que após 360 dias são consideradas como perdas.

## 6. ESTOQUES

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de estoques está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Material de consumo	3.231	5.860
Aparelhos	36	51
Acessórios e outros	16	70
	<u><b>3.283</b></u>	<u><b>5.981</b></u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Imposto de renda	527	194
Contribuição social	72	65
Imposto s/circulação de mercadorias e prestação serviços-ICMS	3.747	3.255
Imposto de renda retido na fonte	3.491	1.943
Pis e Cofins	22	22
	<u><b>7.859</b></u>	<u><b>5.479</b></u>
No ativo circulante	6.457	3.849
No ativo não circulante	1.402	1.630
	<u><b>7.859</b></u>	<u><b>5.479</b></u>

O imposto de renda e contribuição social refere-se a créditos de exercícios anteriores, relacionados aos pagamentos destes tributos por estimativa e de retenções de órgãos públicos.

Os créditos relativos ao ICMS referem-se à recuperação de créditos do ativo imobilizado, de compras de insumos e materiais e créditos adquiridos pelo sistema SISCRED.

O imposto de renda retido na fonte decorre dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS

### 8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Imposto Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(67.956)	(48.824)	(67.956)	(48.824)
Adições de despesas indedutíveis	33.288	26.122	33.165	25.966
Exclusões de reversões de provisões	(29.982)	(10.858)	(29.982)	(10.858)
<b>Lucro (Prejuízo) fiscal</b>	<u><b>(64.650)</b></u>	<u><b>(33.560)</b></u>	<u><b>(64.773)</b></u>	<u><b>(33.716)</b></u>
Tributos reavaliados	62	64	22	23

Os tributos reavaliados referem-se a provisão do imposto de renda e da contribuição social sobre a depreciação dos bens reavaliados.

### 8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as adições temporárias e sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa, foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, tendo a seguinte composição:

	Imposto Renda		Contribuição Social	
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22
Provisões não dedutíveis				
Provisão para devedores duvidosos	7.504	8.270	7.504	8.270
Provisão para contingências	68.914	67.281	68.914	67.281
Provisão para baixa de ativo imobilizado	729	836	729	836
Provisão para baixa empréstimo PML	30.437	30.437	30.437	30.437
Provisão de indenização PDV	11.102	-	11.102	-
Provisão contrato concessão/autorização	784	1.496	784	1.496
Provisão para Pasep e Cofins s/ICMS	-	5.458	-	5.458
Provisão para benefícios pós emprego	24.508	24.425	24.508	24.425
	<b>143.978</b>	<b>138.203</b>	<b>143.978</b>	<b>138.203</b>
Imposto de renda e Contribuição social sobre as provisões temporárias	<b>16.875</b>	<b>16.875</b>	<b>8.032</b>	<b>8.032</b>
Ativo circulante	832	832	300	300
Ativo não circulante	16.043	16.043	7.732	7.732
	<b>16.875</b>	<b>16.875</b>	<b>8.032</b>	<b>8.032</b>

A Companhia, quando aplicável, contabiliza imposto de renda e contribuição social diferido calculado às taxas vigentes. Os tributos sobre os planos de suplementação de aposentadoria e pensões estão sendo realizados de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/2012 que aprovou o CPC 33 (R1). Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em virtude das decisões judiciais na extensão de sua provável realização.

## 9. CRÉDITOS A COMPENSAR

A Companhia ajuizou a ação nº 2007.70.01.007147-4 na 3ª Vara Federal de Londrina-PR em 20/11/2007 (Mandado de Segurança nº 5006960-17.2019.4.04.7001-PR), objetivando que fosse reconhecido o seu direito líquido e certo ao recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e COFINS sem a inclusão, na base de cálculo, da parcela relativa ao ICMS. Em 28/03/2019 a ação transitou em julgado, com decisão favorável à autora, com efeito retroativo ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde dezembro de 2002.

Em 29/07/2019 a Companhia ingressou na Receita Federal do Brasil com pedido de habilitação de crédito decorrente da ação transitado em julgado, a fim de utilização desse crédito. Em 30/09/2019 foi proferido decisão administrativa que deferiu o pedido de habilitação do crédito pleiteado, onde a Companhia apurou um valor de R\$ 26.564 mil, referente ao período de 12/2002 à 11/2007. Em dezembro/2019, a Companhia atualizou o valor pela SELIC e constituiu crédito à compensar no montante de R\$ 26.705 mil. Desse montante, R\$ 10.655 mil foram registrados na rubrica "Ressarc. /Indenização Diversas" e, R\$ 16.050 mil na rubrica "Outras Receitas Financeiras". O crédito será compensado com os valores a pagar dos impostos federais PASEP, COFINS, IRPJ e CSLL.

Contudo, a Receita Federal do Brasil emitiu a Solução de Consulta Interna SCI nº 13/2018, firmando o entendimento que o montante a ser excluído da(s) base(s) de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é o valor mensal do ICMS a recolher, declarados na escrituração fiscal digital do ICMS (EFD-ICMS), e não o ICMS destacado em Nota. Tal divergência será dirimida no julgamento dos embargos de declaração

apresentados pela Fazenda Nacional, processo RE 574.706-PR, previsto para abril/2020 no STF - Superior Tribunal Federal.

Diante desta interpretação, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 5.458 mil, referente à diferença apurada em relação ao ICMS a recolher e ICMS apurado.

Os valores do crédito habilitado quando compensado via PERD/DCOMP estão sujeitos a homologação por parte das autoridades fiscais. A partir do mês de janeiro de 2020 a Companhia passou a realizar tais compensações via PERD/DCOMP dos seguintes tributos: Pis e Cofins cumulativo e não cumulativo.

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de créditos a compensar está apresentado da seguinte forma:

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
Créditos a compensar PASEP/COFINS	5.591	10.741
Provisão p/ perdas créditos a compensar	-	(5.458)
	<b>5.591</b>	<b>5.283</b>

#### 10. VALORES A RECEBER - VENDA DE IMOBILIZADO

De acordo com o Contrato nº 021/2020, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Construtora Zacarias Ltda., RF Agropecuária Ltda e CLM Participações Ltda., foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado ao lado do Alphaville Londrina 2, pelo valor de R\$ 4.780 mil, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.

De acordo com o Contrato nº 021/2020 B, firmado entre a Sercomtel S.A – Telecomunicações e as empresas Montrecon SP São Carlos Incorporações SPE Ltda e Europart Administração Empreendimentos e Participações Ltda, foi celebrado o Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel, fazendo mediante exigência de procedimento licitatório, consoante a autuação do Processo Administrativo nº 021/2020, vinculado ao Edital de Concorrência nº 003/2020, que teve por objeto a alienação de terreno localizado a Avenida Higienópolis, datas 1/18/6/10 A e 1/18/6/10 B, pelo valor de R\$ 19.150 mil, da seguinte forma: 25% a vista e o restante em 30 parcelas iguais corrigidas pelo INPC.

Nos períodos evidenciados, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
Valores a Receber - Avenida Higienópolis	-	583
	-	<b>583</b>

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, que, de acordo com a natureza correspondem:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Cíveis	269	110
Tributárias	7.870	7.839
Trabalhistas	2.947	3.116
	<u><b>11.086</b></u>	<u><b>11.065</b></u>

A Companhia possui valores em litígio de natureza tributária junto a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, referente ao Fust – Fundo de Universalização Serviços Telecomunicações, e outras ações judiciais relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL. Os demais depósitos são de natureza trabalhista e cível

## 12. EMPRÉSTIMOS A OUTRAS EMPRESAS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Lormont Participações S.A.	85.804	85.804
	<u><b>85.804</b></u>	<u><b>85.804</b></u>

Através da 382ª Reunião do Conselho de Administração, foi ratificado a celebração do Termo de Reconhecimento e Confissão de Dívida da Lormont, que contratou Cédula de Crédito Bancário Nº CSBRA20220600319 (“CCB”), junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Credit Suisse”), em 23 de junho de 2022 e a Sercomtel, por meio do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário Nº CSBRA20220600323, figurou na qualidade de garantidor fiduciante do referido CCB;

A Sercomtel realizou a quitação integral do referido CCB, cujo valor atualizado em 1º de novembro de 2022 era de R\$ 85.804 mil.

As Partes pertencem ao mesmo grupo econômico, sendo a Lormont cotista do Fundo Bordeaux de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP Bordeaux”) e este, controlador da Sercomtel.

O valor foi corrigido pelo equivalente a 100% da taxa média referencial do CDI Extragruppo, desde a data da assinatura do CCB. O pagamento será efetuado pela Lormont para fins de quitação da dívida, até 21 de junho de 2024

## 13. NOTA COMERCIAL

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Lormont Participações	6.751	6.068
Milos Participações	36.165	-
	<u><b>42.916</b></u>	<u><b>6.068</b></u>

Foi celebrado o “Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Privada, da LORMONT PARTICIPAÇÕES S.A. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”). O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de novembro de 2022, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R\$ 2.200 mil, na data de emissão, com a emissão de 2.200 (duas mil e duzentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024.

Foi celebrado o “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em série única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Privada, da LORMONT PARTICIPAÇÕES S.A. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”). O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de novembro de 2022, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R\$ 3.800 mil, na data de emissão, com a emissão de 3.800 (três mil e oitocentas) notas comerciais, com vencimento em 21 de junho de 2024.

Foi celebrado o “Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em série única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Privada, da MILOS PARTICIPAÇÕES LTDA. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”). O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 05 de janeiro de 2023, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R\$ 20.000 mil, na data de emissão, com a emissão de 1 (uma) nota comercial, com vencimento em 04 de janeiro de 2025.

Foi celebrado o “Termo de Emissão da 3ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais, em série única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Privada, da MILOS PARTICIPAÇÕES LTDA. ou “Termo de Emissão”, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada (“Lei nº 14.195/2021”). O presente Termo de Emissão é firmado com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 01 de dezembro de 2023, às 11 horas (“AGE da Emissora”), nos termos do parágrafo único do artigo 46 da Lei nº 14.195/2021. O valor total da Emissão será de R\$ 14.000 mil, na data de emissão, com a emissão de 1 (uma) nota comercial, com vencimento em 01 de dezembro de 2024.

#### 14. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
AFAC - Bordeaux Participações	99.000	99.000
	<u>99.000</u>	<u>99.000</u>

Constitui objeto do contrato de AFAC, a entrega pela INVESTIDORA à INVESTIDA, da quantia de R\$ 99.000 mil, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, realizado em 30/06/2022.

O AFAC, objeto do presente Contrato, será convertido em aumento do capital social da INVESTIDA, mediante emissão de ações subscritas pela INVESTIDORA no prazo de 26 meses, contados do aporte do AFAC (junho/2022).

## 15. IMOBILIZADO

Em 2006, a Companhia registrou reavaliação espontânea do imobilizado no montante de R\$ 31.201 mil, com base no laudo técnico de avaliação elaborado por empresa independente.

	Taxa anual de depreciação %	Controladora					Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Trans- ferências	Depre- ciação	
Terrenos		7.167	-	(57)	-	-	7.110
Construções prediais e instalações	4 a 12,5	8.054	212	(610)	-	(337)	7.319
Equipamentos de comutação	10 a 25	1.779	3.435	-	-	(1.188)	4.026
Equipamentos de transmissão	5 a 25	82.074	9.932	-	-	(12.110)	79.896
Equipamentos de terminais	5 a 33	48.557	4.013	-	-	(2.739)	49.831
Veículos	30,03	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	10 a 33	412	155	(14)	-	(169)	384
Bens de infra estrutura	3,33 a 25	10.351	665	(5)	-	(953)	10.058
Ferramentas e instrumentos	11,66 a 18,18	510	136	(71)	-	(31)	544
Equipamento de tele-supervisão	11,11	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento		13.551	16.515	-	(19.183)	-	10.883
Provisão para baixa		(836)	-	106	-	-	(730)
		<b>171.620</b>	<b>35.063</b>	<b>(651)</b>	<b>(19.183)</b>	<b>(17.527)</b>	<b>169.322</b>
Custo do imobilizado		670.922					686.163
Depreciação acumulada		(499.302)					(516.841)
Imobilizado líquido		<b>171.620</b>					<b>169.322</b>

Anualmente é realizado pela Companhia o teste de *impairment* baseado em sua unidade geradora de caixa, de acordo com a metodologia prevista no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, montante de investimentos, embasam a definição de premissas pela Administração. Neste contexto, referências externas como o nível de consumo, crescimento da atividade econômica no país subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixas futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político econômico, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixas operacionais descontados, sendo que as principais premissas utilizadas foram:

- O conjunto de ativos operacionais utilizados na geração das receitas na data de 31 de dezembro;
- O Planejamento Estratégico para os exercícios de 2023 a 2027 para fins de projeções de receitas e despesas;



- A extensão do horizonte de análise de geração de caixa para o período de 10 (dez) anos, baseado nas premissas iniciais do Planejamento Estratégico, encerrando este período de análise no exercício de 2030;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia;
- A taxa SELIC projetada pelo Banco Central para fins de trazer a valor presente os fluxos futuros de caixa gerados em suas operações.

## 16. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	Controladora					Saldo em 31/12/2023
		Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	
Software	7,69	820	634	-	-	(523)	931
Custo de intangível		22.403					23.037
Amortização acumulada		(21.583)					(22.106)
Intangível líquido		<u>820</u>					<u>931</u>

A Companhia adquiriu licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros para utilização na operação, os quais estão registrados no ativo intangível como “Direitos intangíveis - software”.

## 17. FORNECEDORES

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de fornecedores está apresentado da seguinte forma:

	dez/23	dez/22
Fornecedores	<u>37.521</u>	<u>39.281</u>
Passivo Circulante	33.600	25.941
Passivo Não Circulante	3.921	13.340
	<u>37.521</u>	<u>39.281</u>

## 18. TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de impostos, taxas e contribuições estão apresentados da seguinte forma:

	dez/23	dez/22
Cofins	414	452
Pis/Pasep	89	95
ICMS	1.691	1.949
Contribuição Social	15	22
Fundo de Universalização dos Serviços Telecom. - FUST	88	92
Fundo para Desenv. Tecnológico das Telecom. - FUNTTEL	44	46
	<u>2.341</u>	<u>2.656</u>

## 19. IMPOSTOS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
ICMS - Gias	148.762	125.511
	<b><u>148.762</u></b>	<b><u>125.511</u></b>
Passivo Circulante	18.330	16.746
Passivo Não Circulante	130.432	108.765
	<b><u>148.762</u></b>	<b><u>125.511</u></b>

O saldo apresentado refere-se ao parcelamento de ICMS e está formado da seguinte forma:

<u>Número</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor</u>
08.903539-2	REFIS	87.189
08.942669-3	GIA/ICMS/Dívida Ativa	53.619
08.942856-4	GIA/ICMS	1.740
08.945620-7	GIA/ICMS	1.769
08.947577-5	GIA/ICMS	1.849
08.949695-0	GIA/ICMS	1.937
08.903710-7	REFIS	659
		<b><u>148.762</u></b>

Em julho de 2022, a Companhia aderiu ao REFIS previsto na Lei nº 20.946/21, obtendo uma redução de 70% dos juros e 70% das multas, conforme regras estabelecidas no Programa, o que gerou um benefício de R\$ 21.850 mil, resultando em um valor parcelado líquido de R\$ 100.424 mil, a ser pago em 60 (sessenta) parcelas.

Neste trimestre, a Companhia também aderiu a novos parcelamentos, resultaram assim, no saldo líquido de R\$ 148.762 mil.

## 20. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de pessoal, encargos e benefícios está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	19.110	7.575

A Companhia, lançou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), aberto a todos os setores e colaboradores, mediante o pagamento de salários de acordo com o tempo de serviço de cada empregado que efetuou a opção pelo Programa, o período de adesão foi de 19/12/2023 a 26/12/2023.

O Programa contou com a adesão de 52 colaboradores, no valor de R\$ 11.102, que serão pagos em 12 parcelas.

## 21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Banco Master	24.343	92.059
Reag Investimentos	109.968	-
Conta Garantida - Banco Master	40.028	30.579
	<u><b>174.339</b></u>	<u><b>122.638</b></u>

## 22. CONSIGNAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Consignação em favor de terceiros	<u>6.975</u>	<u>5.919</u>

Refere-se substancialmente aos valores de co-billing (conjunto de regras e procedimentos para pagamentos e rateios referentes à remuneração das chamadas que cursam por redes de diferentes operadoras), bem como valores de serviços de terceiros cobrados em fatura telefônica.

## 23. PROVISÃO PARA IMPOSTO RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE REAVALIAÇÃO

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação estão apresentados da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Provisão para IR sobre reavaliação	1.055	1.139
Provisão para CS sobre reavaliação	380	410
	<u><b>1.435</b></u>	<u><b>1.549</b></u>

## 24. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Benefícios pós emprego	<u>24.508</u>	<u>24.425</u>

A Sercomtel foi autorizada a instituir e patrocinar uma entidade de previdência privada pela Lei Municipal nº 5.277/92. A SUPRE - Fundação de Suplementação Previdenciária, teve seu estatuto e funcionamento como EFPC, aprovado pelo Ministério da Previdência Social através da Portaria nº 1.359 de 20 de julho de 1994. O início oficial de suas atividades foi a partir de 1º de agosto do mesmo ano, tendo como finalidade conceder benefícios suplementares ou assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social a todos os empregados das Patrocinadoras que se filiarem como Participantes dos Planos de Benefícios. A entidade segue regulamentações e normas estabelecidas para as entidades fechadas de previdência complementar, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora do plano assistencial e plano previdenciário são registradas em consonância com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela

Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1), com vigência, a partir de 01/01/2013.

Os valores contabilizados referem-se ao cálculo do benefício pós emprego sobre o Plano de Saúde e o Plano de Previdência.

## 25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião dos advogados, relativamente às ações judiciais classificadas como probabilidade de perda provável, a provisão para contingências foi realizada com base no estágio atual dos processos, bem como das teses jurídicas, argumentos e provas constantes dos autos de cada um dos processos, e considera uma estimativa de valores para cobrir eventuais desembolsos financeiros.

Nos períodos evidenciados, os processos judiciais, cuja perda foi considerada provável pelos advogados estavam compostos da seguinte forma:

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
Cíveis	42.328	42.457
Trabalhistas	26.586	24.824
	<b>68.914</b>	<b>67.281</b>

A Companhia vem discutindo determinadas questões cíveis, tributárias e trabalhistas na esfera judicial, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais (vide nota 11).

### a) Ações cíveis

Referem-se substancialmente a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL, questões contratuais com fornecedores, ações movidas por consumidores e os processos em que se discute o direito a ações da empresa.

No que se refere ao direito a ações da empresa, a SERCOMTEL tem adimplido os honorários de sucumbência, custas processuais e valores referentes a dividendos e JCP, relacionados aos processos individuais em direito acionário, assim tem sido realizada pela Companhia a entrega das ações preferenciais aos proprietários, que atendessem os requisitos previstos na Lei nº 11.640/2012.

Outrossim, não se pode olvidar que parcela significativa das demandas judiciais concernentes à temática supracitada foi redistribuída das Varas da Fazenda Pública para as Varas Cíveis da Comarca de Londrina, em decorrência da conclusão do processo de desestatização da Sercomtel S.A. - Telecomunicações. Consequentemente, diversas demandas até então suspensas foram reativadas, acarretando o surgimento de alguns novos processos no cumprimento de condenações judiciais relacionadas às pretensões acionárias, mas em baixa quantidade.

Importa também informar que a Companhia igualmente está cumprindo a sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública, Autos nº 008765-63.2001.8-16.0014, na qual o Ministério Público Estadual logrou êxito em assegurar aos 52.778 usuários que custearam os serviços telefônicos da autarquia SERCOMTEL o direito de receber o certificado das ações devidas, bem como dividendos. O cumprimento se dá na via administrativa ou nas execuções individuais eventualmente propostas. Nas demandas

judiciais referentes a Ação Coletiva, há também a obrigação da Sercomtel em adimplir valores a título de custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência.

Convém ressaltar o processo nº 0025057-30.2018.8.16.0014, o qual se refere a ação ordinária de responsabilidade societária por danos patrimoniais, almejando o reconhecimento da exigibilidade do pagamento do débito oriundo da celebração de instrumento de confissão de dívida, denominado “Instrumento de Consolidação de Contas”, bem como a responsabilização do acionista controlador, sofreu alteração referente à provisão, sendo que, atualmente, consta o provisionamento de risco provável no valor de R\$ 376,7 mil e de risco possível no montante de R\$ 1,02 milhão, em decorrência da obrigação expressa de encerramento do feita prevista na cláusula 5.1.18 do Contrato Administrativo SMGP nº 199/2020, bem como da condenação ao pagamento de honorários advocatícios em benefício do Município de Londrina. Entretanto, o valor contingenciado não constitui despesa efetiva, tendo em vista a inexistência do trânsito em julgado, em decorrência da pendência de julgamento dos recursos interpostos perante às Instâncias Superiores.

Merece destaque também o processo judicial nº 0003574-51.2012.8.16.0014, concernente à ação de indenização cumulada com perdas e danos e lucros cessantes proposta Lynxcom Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações Ltda em face da Sercomtel. Em síntese, a Parte Autora almeja a condenação da Ré ao pagamento da quantia que efetivamente deixou de receber (lucros cessantes), bem como de multa contratual, devido ao descumprimento de obrigações contratuais imputadas à Sercomtel vinculadas ao contrato celebrado entre as partes para disponibilização de serviço de TV por assinatura em pacotes promocionais integrantes do “BOX TV SERCOMTEL”.

O pedido acerca dos lucros cessantes fora afastado, porém permanece a condenação da Companhia ao pagamento da multa contratual, com valor estimado de R\$ 384,7 mil, o qual consta na provisão atual da Companhia. Além disso, após o esgotamento das vias recursais, o trânsito em julgado operou-se em agosto de 2022. O cumprimento de sentença foi iniciado em setembro de 2023, sendo apresentada exceção de pré-executividade cumulada com efeito suspensivo pela Companhia, tendo em vista a contracautela do juízo mediante seguro garantia judicial. Aguarda-se decisão judicial acerca da suspensão da fase de cumprimento de sentença.

Não se pode olvidar ainda o processo judicial n. 0060895-39.2015.8.16.0014. Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela pessoa jurídica Kurunczi Engenharia e Construções Ltda – EPP em face da Sercomtel S.A. – Telecomunicações em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais vinculadas ao contrato administrativo entabulado entre as partes. Em primeira instância, fora determinada a condenação da Companhia ao pagamento da quantia referente aos serviços efetivamente realizados pela autora. Após o trânsito em julgado, fora instaurada a fase de cumprimento de sentença e, em seguida, o bloqueio judicial via SISBAJUD no valor atualizado de R\$ 288 mil. Oportuno consignar que antes do ato executório mencionado foram adotadas as medidas judiciais cabíveis para evitar a constrição judicial, inclusive a tentativa de celebração de acordo entre as partes, porém as diligências se quedaram infrutíferas. Atualmente, considerando a recente jurisprudência do STJ e o lapso temporal entre a penhora das contas bancárias e a efetiva liberação da quantia à Parte Exequente, sobreveio decisão judicial determinando a complementação da condenação no valor

aproximado de R\$ 5,9 mil. Por esta razão, esse montante foi provisionado no risco provável.

Oportuno consignar o processo judicial n. 0036470-50.2012.8.16.0014. Trata-se de ação ordinária proposta pela Rodovias Integradas do Paraná – VIAPAR em face da Sercomtel, almejando a cobrança de valores decorrentes do uso da faixa de domínio pela Companhia. A ação foi julgada procedente em segunda instância, com trânsito em julgado em 2018. Em 2021, em decorrência do encerramento das concessões rodoviárias no Estado do Paraná, foi deferida a substituição processual da VIAPAR pelo DER/PR. A demanda se encontra na fase de liquidação para apurar o valor exato da condenação imposta à Companhia, sendo provisionada a quantia de R\$ 1,6 milhão.

Convém salientar também o processo nº 0028776-74.2005.8.16.0014, o qual diz respeito a ação declaratória de nulidade de atos administrativos praticados em procedimento licitatório (desclassificação de licitante), bem como, a título de pedido subsidiário, de condenação das Rés Sercomtel Telecom e Sercomtel Celular ao pagamento de lucros cessantes. A pretensão foi julgada procedente, reconhecendo a nulidade dos atos impugnados, bem como a condenação ao pagamento dos lucros cessantes. Após o trânsito em julgado, a Parte Autora promoveu a regular continuidade do feito, instaurando a fase de liquidação de sentença mediante realização de prova pericial, para apuração dos lucros cessantes. Os trabalhos periciais apuraram a quantia de R\$ 4,8 milhões. Em que pese as medidas judiciais apresentadas pela Sercomtel, com o objetivo de retificar os trabalhos periciais, bem como impedir o início da fase executória, o cumprimento de sentença fora iniciado, com a prática de atos executivos para satisfação do crédito exequendo. O montante atual da provisão da demanda corresponde a R\$ 6,7 milhões.

Dentre as ações cíveis que envolvem a Anatel (compostas de execuções fiscais propostas pela Agência e embargos à execução e/ou ações declaratórias de nulidade propostas pela Sercomtel), a discussão se adstringe às multas aplicadas por supostas infrações que teriam sido praticadas pela companhia e que foram aferidas através de processos administrativos - PADOS.

Tais multas versam, em sua maioria, sobre descumprimentos de obrigações com os usuários e obrigações decorrentes de seus contratos de concessão do serviço de telefonia fixa, o que envolve as metas do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) e bens reversíveis.

A Companhia mantém sua política de acordo e continua realizando trabalho preventivo com as demais áreas. Os processos de Consumidor, assim como antes, continuam com as principais temáticas versando sobre falhas de prestação de serviço, multas por não devolução de modem e descumprimento de fidelidade e inscrição indevida em SPC/SERASA por cobranças indevidas.

Apesar disto, na seara de Consumidor está havendo uma diminuição, ainda que pequena, na quantidade de processos ativos se comparado o ano de 2021 com 2022 e também para 2023.

*b) Ações trabalhistas*

As contingências trabalhistas são compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à

reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, dentre outras verbas trabalhistas.

Iniciou-se em 2022 o ajuizamento de ações trabalhistas de pleitos referentes a auxílio alimentação “in natura”, havendo sentenças favoráveis e desfavoráveis. As alegações são de supressão indevida das refeições servidas no restaurante próprio da Sercomtel, sendo as refeições eram gratuitas.

Além disso, contingência passiva provável, dos processos trabalhistas de ex-empregados da Sercomtel, sofreu sensível redução no final de 2021, pois a Companhia logrou êxito em celebrar diversos acordo em execuções definitivas e provisórias, especialmente em processos em que se discutiam pedidos de reintegração de empregados desligados em 2013.

Em tais processos, a Sercomtel havia sido condenada na reintegração no emprego e no pagamento de salários de afastamento até a efetiva reintegração. Os acordos estão sendo quitados, tanto para os processos de execução definitiva quanto para os processos de execução provisória.

A Administração, com base na opinião de seus advogados, considera que as provisões para contingências cíveis e trabalhistas, são suficientes para cobrir eventuais desembolsos financeiros decorrentes dessas questões judiciais.

A Administração elenca os valores das ações classificadas como probabilidade de perda possível, conforme opinião dos advogados relativamente às ações judiciais em trâmite. Entretanto, não foram constituídas as respectivas provisões sobre as ações com possível risco de perda, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, mas, tão somente, sua divulgação, conforme abaixo:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Cíveis	344.138	337.116
Trabalhistas	24.564	12.740
Tributárias	79.908	73.964
	<u><b>448.610</b></u>	<u><b>423.820</b></u>

a) *Ações cíveis*

Destacam-se daquelas relativas a questões originadas de sanções em processos administrativos da ANATEL e questões contratuais com fornecedores e ações movidas por consumidores.

No tocante aos processos judiciais de natureza cível, tramita perante a 1ª Vara Cível de Osasco, Estado de São Paulo, a ação monitória que tem como objeto nota promissória que sofreu diversas cessões até que se tornasse de titularidade da autora, a empresa GHR Importação e Exportação Ltda. A nota promissória foi assinada em junho de 2000 e somente em 2010 foi ajuizada a referida ação monitória visando cobrar os valores, razão pela qual a Sercomtel S.A. - Telecomunicações entende que não é provável a conversão do documento escrito em título executivo judicial, por estar prescrita a dívida. Foi proferida sentença em primeira instância, com julgamento improcedente da demanda, tendo a Autora GHR recorrido, estando o processo nesta fase. Desta forma, optamos pela probabilidade de perda possível, visto que ainda há discussão judicial, no valor de R\$ 310,3 milhões.

Recentemente, fora proferido acórdão favorável à Sercomtel, tendo em vista o não provimento ao recurso de apelação interposto pela Parte Autora (GHR). Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo em recurso especial interposto pela GHR.

Ademais, a demanda está sendo patrocinada por escritório terceirizado, sendo que a Companhia deverá efetuar o pagamento dos honorários de êxito, limitados ao valor máximo de R\$ 500 mil, a ser corrigido a ser corrigido pela variação positiva do Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, conforme previsto nas cláusulas 4 e 5 do Contrato de Prestação de Serviços Jurídicos (Contrato n. 128/21).

Por fim, no tocante às ações de cobranças movidas pela Companhia, percebeu-se um acompanhamento estratégico dos processos judiciais em tramitação. Concomitantemente, a Companhia tem adotado outras medidas com o objetivo de prevenir e implementar a recuperação de créditos.

*b) Ações trabalhistas*

São compostas, na sua maioria, de ações relativas à ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas, com pedidos relativos à reenquadramento salarial, equiparação, reintegração ao emprego, horas extras, acidente de trabalho, dentre outras verbas trabalhistas.

As verbas pleiteadas pelos empregados terceirizados são diversas, mas vale ressaltar que prevalece nestes casos a responsabilidade subsidiária da Sercomtel, na qualidade de Tomadora de Serviços, conforme aponta a súmula 331 do TST.

Atualmente, a grande maioria das empresas terceirizadas da Sercomtel são solventes, razão pelo qual não há dispêndio de valores em condenação com estes processos.

Para o ano de 2023, percebe-se uma manutenção das contingências passivas de perda possível e não houve aumento significativa de demandas neste ponto.

*c) Ações tributárias*

As contingências tributárias são compostas por 4 ações, classificadas como perda possível.

Nos autos n. 0031397-05.2009.8.16.0014 (ICMS competência 2004), a SERCOMTEL aderiu ao parcelamento do débito, remanescendo tão somente a cobrança dos honorários advocatícios devidos a PGE/PR no importe de R\$ 1,1 milhão. Em novembro de 2023, o Tribunal de Justiça do Paraná negou provimento ao recurso da PGE/PR para o fim de anular a cobrança dos honorários. Referida decisão favorável à Companhia transitou em julgado e os autos retornaram à vara de origem para baixa.

Existem três processos em que a SERCOMTEL discute a incidência de ICMS sobre valores de “Disponibilidade de Rede”:

(i) Autos n. 0033118-45.2016.8.16.0014, referente à Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Paraná, que tem por objeto a cobrança do ICMS das competências de novembro de 2013 a dezembro de 2014. Referido processo está suspenso aguardando decisão a ser proferida nos autos da ação ordinária n. 0031146-40.2016.8.16.0014, a qual está em fase de produção de prova pericial.

(ii) Autos n. 0085236-61.2017.8.16.0014, referente à Ação Ordinária visando a anulação de débitos fiscais de ICMS referente às competências de janeiro de 2015 a



setembro de 2016, bem como a declaração do direito à não incidência de ICMS sobre valores de disponibilidade de rede. Foi proferida decisão concedendo a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de suspender a exigibilidade dos valores discutidos.

Os autos foram suspensos até julgamento do Tema n. 827 (RE n. 912.888/PR) pelo Supremo Tribunal Federal. Em 01/12/2022 foram julgados os Embargos de Declaração opostos no referido recurso. Diante do julgamento do STF, os autos retornaram à tramitação e aguarda produção de prova pericial.

## 26. PARCELAMENTOS ANATEL

A Administração optou pela adesão da Lei 12.996/2014, denominado Refis da Copa, visando buscar a regularidade fiscal junto a ANATEL. Após a aprovação na Redir nº 729 e no CAD nº 262, a Companhia aderiu ao parcelamento dos débitos decorrentes de Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Obrigação - PADOs, da ANATEL, tendo pago 10% do valor em 05 parcelas e o saldo remanescente parcelado em 180 vezes, atualizado pela taxa SELIC.

Execução Fiscal	dez/23	dez/22
5013400-39.2013.404.7001	2.540	3.212
5013400-39.2013.404.7001	33	42
5004765-69.2013.404.7001	950	1.201
5010996-15.2013.404.7001	391	494
Esfera Administrativa	353	447
5008214-98.2014.404.7001	395	500
Esfera Administrativa	71	89
5013637-39.2014.404.7001	46	59
5008217-53.2014.404.7001	39	49
5011779-07.2013.404.7001	85	108
5001631-05.2011.404.7001	551	697
5009266-37.2011.404.7001	420	531
5009268-07.2011.404.7001	366	463
5002767-03.2012.404.7001	388	491
5004215-79.2010.404.7001	73	92
5000562-69.2010.404.7001	28	36
5003372-17.2010.404.7001	144	182
5004192-36.2010.404.7001	46	59
5000734-35.2015.404.7001	741	937
53516002295_2008	742	938
53516000948_2009	449	568
	<b>8.851</b>	<b>11.194</b>
Passivo Circulante	1.455	2.956
Passivo Não Circulante	7.396	8.238
	<b>8.851</b>	<b>11.194</b>

## 27. PARCELAMENTOS SUPRE

Baseado em parecer emitido pela Exactus Consultoria Atuarial, anexado ao parecer jurídico emitido pelo escritório Bichara Advogados, em dezembro de 2014, a Companhia, através da 740ª Reunião de Diretoria, aprovou o registro contábil de crédito no montante de R\$ 4.040 mil, referente aos saldos dos fundos mantidos pela Fundação, entendidos pelos assessores jurídicos, como um valor a receber junto a SUPRE, o qual passou a ser compensado com as contribuições mensais subsequentes devidas pela Patrocinadora.

Face a contestação da SUPRE quanto ao procedimento adotado pela Patrocinadora, a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, da PREVIC, decidiu, por meio de sentença arbitral proferida no processo nº 397045330, que os recursos que integram os

citados fundos, não poderiam ser integralmente revertidos em favor da Patrocinadora. Como consequência, foram promovidos os ajustes necessários ao cumprimento da referida decisão, gerando a reversão da receita reconhecida anteriormente, assim como o passivo decorrente das compensações efetuadas até agosto de 2016, o qual será liquidado em 120 parcelas.

Tendo em vista o Auto nº 0052355-55.2010.4.01.3400., objetivando o imediato ressarcimento dos valores de remuneração dos dirigentes cedidos pela Sercomtel S.A. – Telecomunicações, na qualidade de patrocinadora, através da 1.039ª Reunião de Diretoria deliberado pela realização do Termo Aditivo ao Termo de Transação e Assunção de Responsabilidade, que trata dos valores devidos pela Sercomtel a Supre, para pagamento dos valores em 60 parcelas, com o índice de correção pelo INPC.

Nos períodos evidenciados, o saldo era apresentado da seguinte forma:

	<b>dez/23</b>	<b>dez/22</b>
Supre	<u>3.189</u>	<u>4.262</u>
Passivo Circulante	1.375	1.294
Passivo Não Circulante	1.814	2.968
	<b><u>3.189</u></b>	<b><u>4.262</u></b>

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bordeaux Fundo de Investimento	1.322.464.524	99,92	8.531.431	82,13	1.330.995.955	99,78
Outros	1.052.501	0,08	1.856.114	17,87	2.908.615	0,22
	<b><u>1.323.517.025</u></b>	<b><u>100</u></b>	<b><u>10.387.545</u></b>	<b><u>100</u></b>	<b><u>1.333.904.570</u></b>	<b><u>100</u></b>

Em 23/12/2020, os Acionistas presentes à 96ª Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), por unanimidade de votos, aprovaram o aumento do capital social da Sercomtel S.A. – Telecomunicações (“Sercomtel”), no valor de R\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais), por meio da emissão de 1.300.000.000 (um bilhão e trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, ao valor de emissão de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) cada. Referida operação foi totalmente subscrita pelo Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Bordeaux”), sendo que a integralização aconteceu da seguinte forma: R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), por meio de aporte de recursos financeiros em 23/12/2020 e, R\$ 80.000.000 (oitenta milhões de reais) também por meio de aporte de recursos financeiros em 23/06/2022.

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 392.414.937,24 dividido em 1.323.517.025 ações ordinárias e 10.387.545 ações preferenciais, ambas sem valor nominal.

Em 04/01/2023, os membros do Conselho de Administração presentes à 384ª reunião do órgão, por unanimidade de votos, aprovaram a operação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – “AFAC”, no valor de 20.000 (vinte milhões de reais), pelo acionista Fundo Bordeaux.

## 29. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta de outras despesas e receitas operacionais está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Outras Despesas Operacionais		
Ações trabalhistas/cíveis	(6.442)	(23.782)
Juros/Multas	(25)	(226)
Patrocínios - social/esportivo	(20)	(100)
Descontos concedidos	(1.845)	(1.711)
Impostos, taxas e contribuições	(3.080)	(2.844)
Despesas/Reversões com Provisões	(6.619)	(16.360)
Ônus Anatel (concessão/autorização)	(702)	(164)
Outros	(4.409)	(4.150)
	<b><u>(23.142)</u></b>	<b><u>(49.337)</u></b>
Outras Receitas Operacionais		
Serviços técnicos administrativos	2.201	2.067
Receitas com multas	969	1.449
Receitas com despesas recuperadas	2.283	2.977
Outras receitas operacionais/não operacionais	2.460	10.210
	<b><u>7.913</u></b>	<b><u>16.703</u></b>
	<b><u>(15.229)</u></b>	<b><u>(32.634)</u></b>

## 30. RESULTADO FINANCEIRO

Nos períodos evidenciados, o saldo da conta resultado financeiro está apresentado da seguinte forma:

	<u>dez/23</u>	<u>dez/22</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre fornecimento de materiais e serviços	(508)	(1.070)
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	(21.931)	(17.467)
Juros de instituições financeiras	(37.995)	(13.734)
Juros - outros	(285)	(492)
IOF	(733)	(1.973)
Outras despesas financeiras	(510)	(1.027)
	<b><u>(61.962)</u></b>	<b><u>(35.763)</u></b>
Receitas Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	10.718	9.667
Juros sobre imposto de renda e contribuição social	405	931
Juros sobre contas telefônicas	252	1.391
Atualização contas receber - fixa/celular	645	813
Juros - Adiantamento de DETRAF	-	5
Juros s/ Contratos	4	302
Descontos obtidos	712	999
Bonificações e prêmios	155	-
Ganhos na arrecadação	586	437
Outras receitas financeiras	9	21.859
	<b><u>13.486</u></b>	<b><u>36.404</u></b>
	<b><u>(48.476)</u></b>	<b><u>641</u></b>

### **31. SEGUROS**

A Administração, apoiada na avaliação de especialistas, contrata cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros em seu ativo imobilizado. Os tipos de seguros contratados são: responsabilidade civil facultativa – automóvel, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil geral, riscos diversos - roubo de valores, riscos diversos - equipamentos. Os administradores da companhia estão cobertos por seguro de responsabilidade civil – D&O.

### **32. COMPROMISSOS COM ANATEL**

A Sercomtel S.A. - Telecomunicações, concessionária do serviço telefônico fixo comutado - STFC para o setor 20 da Região II do PGO (Municípios de Londrina e Tamarana), deve em observância ao contido no Plano Geral de Metas para a Universalização – PGMU V (Decreto nº 10.610/2021), especificamente no § 2º, incisos III e IV do Art. 18, que estabelece que as concessionárias de telefonia fixa instalem backhaul com tecnologia de fibra ótica em sede de municípios, vilas, áreas urbanas isoladas e aglomerados rurais, de acordo com o cronograma de implementação, realizem o atendimento de:

III - no mínimo, 45% dos locais até 31 de dezembro de 2023;

IV - 100% dos locais até 31 de dezembro de 2024.

### **33. EFEITO DO CORONAVÍRUS (COVID-19)**

Face os recentes acontecimentos relacionados com a pandemia do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos e seus efeitos sobre as áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos e sociais, sendo que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia continuará avaliando tais impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.